Consultor do TCE-MT preso em operação recusa delação premiada após acusação de receber R$ 32 milhões

Defesa de Grhegory Paiva descarta acordo de colaboração; ministro do STJ aponta ele como central no esquema investigado

Preso e afastado do cargo, o consultor jurídico do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) Grhegory Paiva Pires Moreira Maia rejeitou formalmente qualquer possibilidade de celebrar acordo de delação premiada na Operação Tomada de Contas. Conforme apontado pela Polícia Federal, ele é apontado como maior destinatário individual de valores suspeitos, tendo recebido aproximadamente R$ 32,3 milhões em período inferior a dez meses.

Por meio de seu defensor, Raphael Arantes, que também exerce função de juiz-membro do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), foi transmitida mensagem categórica: "Não há qualquer possibilidade, intenção ou tratativa para celebração de acordo de colaboração premiada". O advogado informou que seu cliente se coloca à inteira disposição das autoridades competentes para fornecer esclarecimentos solicitados.

Conforme decisão proferida pelo ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), registra-se que cerca de R$ 31 milhões foram transferidos ao consultor através de 179 transações bancárias individuais. Estes valores foram depositados em 12 contas espalhadas por nove instituições financeiras distintas, utilizando o mesmo procedimento administrativo empregado pelo TCE para efetuar pagamentos a fornecedores contratados. O magistrado salientou que Grhegory "ocupa posição central no fluxo financeiro investigado".

Análise patrimonial revelou elevação significativa nos bens declarados pelo consultor. Seu patrimônio aumentou de R$ 1,84 milhão em janeiro para cifra de R$ 7,61 milhões em outubro, variação que chamou atenção dos investigadores. Registros de vigilância da agência bancária localizada nas dependências do Tribunal documentam o consultor colocando pacotes de numerário em mochila, conforme apurado pelas autoridades.

Investigação direcionada examina a empresa Maia Reining Horses Ltda., constituída pelo consultor em 22 de julho, período coincidente com intensificação de saques em espécie sob análise da Polícia Federal. O empreendimento atua na criação de equinos, particularmente da raça quarto de milha, comercialização de material genético e organização de competições especializadas.

O ministro Og Fernandes levantou suspeita fundamentada de que a empresa possa ter funcionado como instrumento para dissimular origem de recursos. A comercialização de animais e material genético oferecido pela companhia, conforme observado, não possui tabelas públicas de preços que permitam verificação independente de valores.

Levantamento realizado pelos investigadores identificou oito exemplares de alto valor que tiveram registros de propriedade vinculados ao consultor entre dezembro de 2022 e novembro de 2026. Cinco destes cavalos apresentaram alterações de titularidade dias antes do deflagramento da operação.

Investigação ainda mapeou cinco veículos e um reboque especializado em transporte de animais, com avaliação total de R$ 1,39 milhão conforme tabela Fipe, além de caminhonete RAM 1500 que foi transferida para filho do presidente afastado do TCE, Sérgio Ricardo de Almeida.

O consultor permanece sob custódia no Centro de Custódia Ahmenon Lemos Dantas, localizado em Várzea Grande, onde se encontram também Gustavo Fernandes da Silva, Adriangelo Antunes e Felipe José Glinke. A investigada Roseli Loss cumpre prisão na Penitenciária Feminina Ana Maria do Couto May, em Cuiabá. Sérgio Ricardo, identificado como articulador do suposto esquema, segue preso no Batalhão de Operações

Policiais Especiais (Bope), na capital.